

Desafios para a ética futura frente às práticas de uma eugenia liberal

Rafaela Alves Ferreira¹

Resumo: Com as diversas demandas morais que vão se levantando no contexto da modernidade, principalmente naquilo que se refere aos diversos desenvolvimentos científicos da genética, surgem também importantes questões sobre nossa futura ética enquanto sociedade de seres morais. A proposta do presente artigo é discutir, sob a ótica habermasiana, sobre tais questões tanto no âmbito individual quanto social, compreendendo de que modo as técnicas genéticas ameaçam a ética futura a partir do que o autor chamará de eugenia liberal.

Palavras-chave: Ética. Bioética. Eugenia liberal. Intervenções genéticas. Autocompreensão.

Abstract: With the various moral demands that have arisen in the context of modernity, especially with regard to the various scientific developments in genetics, important questions have also arisen about our future ethics as a society of moral beings. The purpose of this article is to discuss, from a Habermasian point of view, these issues in both the individual and social spheres, understanding how genetic techniques threaten future ethics based on what the author calls liberal eugenics.

Keywords: Ethics. Bioethics. Liberal Eugenics. Genetic interventions. Self-understanding.

INTRODUÇÃO

A modernidade trouxe diversas demandas éticas e morais, principalmente no que se refere às tecnologias sobrepujando o uso da razão no contexto social. A preocupação com as crises sociais que enfrentamos em nossa contemporaneidade é uma das principais pautas do filósofo alemão Habermas. Nascido em 1929, “é de uma geração de pensadores influenciada pelos horrores da Segunda Guerra Mundial” (EFKEN; BARBALHO, 2021, p.6), portanto, ele percebe a necessidade de compreender os problemas presentes em nosso tempo, a fim de que sejamos prudentes em suas possíveis e futuras resoluções.

Quando se trata das múltiplas possibilidades dos desenvolvimentos científicos, Habermas nos convida a um diálogo que diz respeito ao nosso futuro enquanto espécie, uma vez que somos seres morais participantes de uma comunidade ética. Esta é a proposta de Habermas em *O futuro da natureza humana. A caminho de uma eugenia liberal?* Onde ele relaciona a questão humana, tanto indivíduo quanto espécie, aos perigos da biotécnica de desenvolvimento humano.

¹ Bacharela em Filosofia pela FAJE. Pesquisa realizada como bolsista da FAPEMIG no Programa de Iniciação Científica da FAJE, no período de 1/10/22 a 30/9/23, sob orientação da professora Cláudia Maria Rocha de Oliveira, inserida no projeto de pesquisa Desafios para a ética contemporânea. E-mail: Rafaaf2011@gmail.com.

Tratando-se das práticas eugênicas de nossa contemporaneidade, quais são os problemas éticos que podem ser levantados a partir delas? Como elas se constituem? E, principalmente: quais são os desafios éticos possíveis para o nosso futuro, tendo em vista o panorama eugênico liberal? Ora, o presente artigo tem como objetivo responder tais perguntas, tendo como principal a última, que visa entender, por fim, quais problemas éticos poderíamos enfrentar a partir das práticas de uma eugenia liberal.

Para isso, nos é necessário compreender o que Habermas chama de “eugenia liberal”, bem como entender quais são suas possíveis consequências. O presente estudo não pretende esgotar as questões sobre o assunto, portanto nos deteremos na perspectiva habermasiana da autocompreensão moral da espécie, bem como buscaremos quais são suas implicações para o indivíduo e suas relações.

É importante ressaltar que o rigor científico não será colocado em dúvida. A intenção é que possamos observar de forma mais próxima e consciente as discussões éticas que tangem as biotecnologias. Sendo assim, sejam elas favoráveis ou não a nós, seus efeitos e consequências em nossa vivência e práxis devem ser discutidos.

1 INTERVENÇÕES GENÉTICAS

O início das discussões acerca das biotecnologias se dará, no contexto de Habermas, a partir de duas técnicas principais: o DGPI (diagnóstico genético pré-implantacional) e o uso de embriões para pesquisa. Ambas eram parte de uma acirrada discussão da política alemã: “[...] o presidente da República Federal Alemã alertava em discurso para a necessidade de maior precaução em relação às intervenções genéticas” enquanto “a Comunidade Alemã de Pesquisa exigia que a liberdade de pesquisa fosse privilegiada em relação à proteção da vida do embrião” (GUIMARÃES, 2014, p.38). Tal discussão pautava não apenas o aumento das possibilidades de cura para possíveis doenças, colocava-se em risco também a instrumentalização da vida humana em prol de um bem futuro. Era necessário compreender as delimitações, ou seja, quando e por quais motivos deve-se intervir no genoma humano.

Para tratarmos dos problemas das intervenções, é importante que possamos entender de que maneira elas atuam. Não será nosso objetivo, contudo, delongar as explicações acerca dos métodos científicos. A intenção é que, os entendendo, possamos traçar as consequências de sua prática.

De modo geral, o diagnóstico genético pré-implantacional (DGPI)

é uma técnica derivada dos procedimentos de reprodução humana assistida (RHA). É realizado em embriões obtidos pela técnica de fertilização in vitro antes de sua implantação no útero, permitindo o diagnóstico de um grande número de doenças genéticas nestes embriões [...] Além disso, não é necessária a manutenção da gravidez para que seja realizado o diagnóstico. (COSTA; MENDES, 2013, p.374)

Fato é que o uso deste método levanta muitas possibilidades, como a preferência por certas características físicas ou de gênero; nessa perspectiva, poderíamos conjecturar sérios problemas sociais, tendo em vista um possível padrão de escolha. Portanto, um primeiro problema já se coloca quanto a extrapolação dos objetivos da técnica genética frente à autonomia do ser humano que nascerá.

A segunda intervenção, a saber, o uso de embriões com fim de pesquisa, consiste na utilização de embriões humanos tanto para pesquisa quanto para terapia. Descobriu-se nas células embrionárias a viabilidade de reconstituição de tecidos dos órgãos. Contudo, o problema que se coloca é uma possível instrumentalização dos embriões de nossa espécie, como também “desperta implicações e questionamentos éticos e jurídicos, face à possibilidade de destruição de embriões humanos para a sua obtenção” (CATÃO, 2010, p. 717).

O próprio Habermas indica a necessidade de compreendermos os limites, pois à medida que tais práticas se tornam normativas, mais insensíveis para os problemas colocados nos tornamos enquanto sociedade. Nossa compreensão moral, aos poucos, se limitaria as relações de custo-benefício (HABERMAS, 2004, p. 29). Portanto, em palavras do próprio autor, “o uso de embriões exclusivamente para pesquisa e o diagnóstico genético de pré-implantação desencadeiam fortes reações, pois são percebidos como uma exemplificação dos perigos de uma eugenia liberal que se aproxima de nós” (HABERMAS, 2004, p. 33).

2 EUGENIA LIBERAL

Mas afinal o que é a eugenia liberal a qual Habermas teme que alcancemos e nos aproximemos cada vez mais? Anteriormente, para melhor compreender o conceito, é necessário recorrer à distinção entre eugenias positiva e negativa, para criar essa linha limítrofe entre os casos viáveis da prática e os casos não viáveis. Habermas define como *eugenia negativa* aquela que consiste em uma intervenção terapêutica, ou seja, que tem como finalidade a prevenção de possíveis doenças hereditárias. Já a *eugenia positiva* é uma intervenção que visa o aperfeiçoamento das características.

O problema colocado pelo filósofo é determinar o limite entre tais práticas, visto que

esse limite entre as duas é flutuante e, portanto, a intenção de conter as intervenções genéticas que beiram esse limite do aperfeiçoamento genético de características nos confronta com um desafio paradoxal: justamente nas dimensões em que os limites são pouco definidos, precisamos traçar e impor fronteiras precisas (HABERMAS, 2004, p.27).

Portanto, é importante e necessário que os limites entre eugenias positivas (de aperfeiçoamento) e eugenias negativas (terapêuticas) sejam muito bem definidos para que compreendamos as técnicas que podem ser consideradas.

A intenção de delimitar o espaço de cada tratamento genético é justamente a atitude que vai em um caminho oposto ao da eugenia liberal. Isso porque este termo (eugenia liberal) que Habermas tem como ponto principal em sua obra, consiste na disposição das intervenções genéticas, sem que se reconheçam os limites entre as terapêuticas e as de aperfeiçoamento. Portanto, na eugenia liberal os progenitores dispõem da intervenção livremente, sem que haja regulamentação do Estado. Esse regimento, por assim dizer, se daria através das leis de mercado que ditam padrões tanto para os progenitores quanto para os pesquisadores². Sendo assim, temos a figura do Estado neutro e a imagem da sociedade que preza por liberdades individuais primordialmente. Logo, Habermas diz: “nas sociedades liberais seriam os mercados que, regidos por interesses lucrativos e pelas preferências da demanda, deixariam às decisões eugênicas as escolhas individuais dos pais e, de modo geral, aos desejos anárquicos de fregueses e clientes” (HABERMAS, 2004, p.67).

A eugenia liberal se diferencia do que já conhecemos anteriormente na história, pois se em eugenias autoritárias encontrávamos uma clara e notável intenção de controle social e de seleção ou melhoramento da espécie em si, acompanhada por uma figura estatal ou ideológica, agora com a forma liberal eugênica, temos o mercado como uma figura que estabelece os padrões de escolha dos progenitores e da própria pesquisa. Esse movimento não se daria por meio do autoritarismo em si, mas sim por uma lógica capitalista de demanda, isto é, de acordo com “necessidades” estéticas, sociais ou lucrativas. O perigo agora apontado por Habermas está na possibilidade de manter-se alienado diante da linha tênue que perpassa o limite entre o tipo positivo ou negativo de eugenia:

A questão normativa da eugenia liberal, para o filósofo, coloca-se no sentido de uma extrapolação que afeta a liberdade ética do ser humano geneticamente manipulado [...] O problema habermasiano é saber se com a transposição da atual fronteira entre dado pela natureza e disponível ao homem está afetando a autocompreensão moral de uma forma significativamente diferente daquela que ocorreu até agora. (ROHLING, 2013, p. 172)

Assim, trata-se de compreender essa normatividade das práticas eugênicas e suas consequências sociais e individuais, considerando o problema quanto ao futuro de nossa auto-compreensão ética enquanto espécie. Logo, vemos a disponibilidade genética enquanto uma questão que nos afeta de forma identitária, enquanto seres morais, partícipes de uma comunidade ética, livre e igual. Em consequência disso, de que forma um indivíduo geneticamente manipulado se compreende?

2 Habermas aponta que existe uma enorme influência do mercado no âmbito da pesquisa, principalmente no que se refere ao direcionamento das pesquisas diante de qual seja o interesse e o valor mercadológico, contudo, neste artigo este não é o objetivo central.

2.1 AUTOCOMPREENSÃO

Como fora dito, as intervenções genéticas levantam problemas identitários. Um deles envolve nossa autocompreensão, tanto na dimensão social quanto individualmente. O motivo pelo qual dizemos que afeta nossa autocompreensão é pela neutralização entre a ideia de subjetividade e objetividade, entre o que foi criado artificialmente e o que cresceu naturalmente. A relação entre o acaso e a livre decisão muda os parâmetros da nossa experiência moral, porque esse é o limite que conhecemos e que nos constitui moralmente no contexto moderno.

Entendendo essa moral cuja linha tênue está entre o acaso e a escolha, a questão relaciona-se diretamente (em primeiro lugar) com aqueles que sofrem a intervenção e precisam conviver com o fato de que, por livre vontade de seus progenitores, seu material genético fora manipulado. O problema que se coloca para o indivíduo é sua autocompreensão diante das decisões de terceiros sobre o seu corpo. Ter consciência de que suas características foram escolhidas por outros e não nasceram consigo de forma espontânea vai ao encontro dessa moral baseada no limite entre o que nasceu naturalmente e o que foi programado.

Portanto, a compreensão pessoal está vinculada não só à identidade do sujeito, como também à sua capacidade de autonomia. Uma eugenia positiva impede uma ação autônoma à medida que o próprio indivíduo fica subordinado à expectativa dos pais interventores, pois “ao decidir sobre seu genoma genético, os pais formularam intenções que mais tarde se converterão em expectativas em relação ao filho, sem, contudo, conceder ao destinatário, o filho, a possibilidade de uma reconsideração” (HABERMAS, 2004, p.71). Isso significa que o filho que sofreu a intervenção carrega o fardo de corresponder aos requerimentos dos pais, sem ao menos ter parte na comunicação, visto que a determinação eugênica já foi realizada. Tal compreensão pode gerar diversas consequências existenciais para o indivíduo manipulado. Em segundo lugar, entra em questão a natureza que somos e aquilo que não podemos alterar. A técnica genética tem se tornado capaz de inverter essa lógica possibilitando a alteração daquilo que anteriormente podíamos apenas conservar, acelerando processos longos, etc. Logo, o problema aqui são as diferenças entre o que é ser um corpo e ter um corpo, pois identificar-se com seu próprio corpo é um dos pressupostos para a individuação. Por último, trata-se de uma dominação da natureza tornando-se autodominação. Se antes a natureza era objeto de dominação do ser humano agora ele domina a si mesmo. Esta é outra característica que abala nossa capacidade de autocompreensão e autonomia.

Habermas nos instrui sobre a necessidade de uma moral universal, isto é, que considere a individualidade de cada um, tendo em vista cada subjetividade a ser respeitada pelos demais em sociedade, ou seja, que individualmente cada um seja possuidor de si, e tenha esse direito respeitado. E, da mesma forma, o respeito de todos para com todos enquanto pessoas. Portanto, a universalidade dessas regras morais deve assegurar igual tratamento a todos, sem deixar de considerar as particularidades.

Desse modo, sobre todas as compreensões elencadas a cerca das consequências de uma eugenia liberal sobre a autocompreensão do indivíduo, o filósofo nos ajuda a concluir que:

a eugenia liberal precisa se questionar se, em determinadas circunstâncias, o fato de a pessoa programada perceber a ausência de diferença entre o que cresce naturalmente e o que é fabricado, entre o subjetivo e o objetivo, não poderia ter consequências para sua conduta autônoma de vida e para a autocompreensão moral. (HABERMAS, 2004, p.74).

2.2 A QUESTÃO DA AUTONOMIA

A partir da questão da autocompreensão traçamos as consequências de uma eugenia liberal, entendendo também a eugenia positiva como prejudicial à autonomia do indivíduo. O primeiro impacto da manipulação genética sobre o manipulado é a inibição de suas liberdades e autonomia. Vimos que, tomando consciência do ocorrido, não se pode reaver essa escolha. Ele não teve parte na comunicação e, portanto, não pode reconsiderar.

A intervenção é algo determinante, diferentemente de uma escolha à qual o filho foi induzido durante sua infância, por exemplo. A escolha dos pais sobre os filhos enquanto criança pode ser repensada pelo indivíduo posteriormente, em seu crescimento. Logo, na influência dos pais sobre os filhos existe um limite tal que acompanha a autonomia do sujeito em crescimento. Portanto, à medida em que o filho ganha mais autonomia, menos há influência paterna que determine sua vida, isto é, nesta relação há possibilidade de reavaliar escolhas e caminhos. Diferentemente, aquele que sofreu a intervenção está fadado a conviver com a escolha permanente de terceiros em seu próprio corpo. Habermas aponta as possibilidades de consequências existenciais, e de que nossa subjetividade seja vista como resultado da instrumentalização de nossa natureza.

Uma importante dimensão para a formação da autonomia e da individuação é a inclusão no âmbito social. A relação de dependência entre pais e filhos deve possuir limites para que, assim, o indivíduo possa ser autor de sua própria voz e história, portanto, “somente a partir do momento em que a simbiose com a mãe é rompida é que a criança entra num mundo de pessoas, que vão ao seu encontro, que lhe dirigem a palavra e podem conversar com ela” (HABERMAS, 2004 p.49). Logo, fazer parte da comunicação é algo essencial para a socialização, como também para a individuação. Somente no âmbito das relações interpessoais, regidas pelas regras morais, e por relações de reconhecimento é que a identidade do sujeito pode desenvolver-se (HABERMAS, 2004, p.48).

Por este motivo, relações baseadas em dependência permanente – como é o caso das relações paternalistas atribuídas a pessoa manipulada geneticamente – não permitem que o indivíduo se compreenda como autor de sua própria vida. Mesmo o adulto não pode se libertar da decisão de um terceiro sobre o seu corpo. Neste caso, não há compreensão autônoma possível, pois não há como se apropriar de forma crítica sobre sua história, isto é,

os indivíduos resultantes de intervenções eugênicas positivas seriam incapazes de se compreenderem como autores indivisos de seu plano racional de vida. Assim, essa intromissão na determinação do plano racional de vida de outra pessoa consistiria num tipo de violação da liberdade ética ou a de escolher a maneira de buscar a própria felicidade, elemento este que é garantido, atualmente, pelas constituições liberais e democráticas. (ROHLING, 2013, p. 173)

Ora, para exercer algum nível de autonomia e autocompreensão, é necessário, antes de tudo, “ser si mesmo”. Esta é uma compreensão de Kierkegaard que Habermas usa para nos esclarecer a importância de uma autorreflexão ética baseada nessa autonomia de se poder ser quem se é e conduzir seus próprios projetos de vida. Uma importante dimensão de “ser si mesmo” é o (auto) reconhecimento do próprio corpo, pois é o que permite a separação entre a perspectiva pessoal e a do outro e “possibilita não apenas a distinção entre ativo e passivo, causado e ocorrido, feito e encontrado; ela força a diferenciação entre ações que atribuímos a nos mesmos ou a outros” (HABERMAS, 2004, p.80). Sendo assim, o conceito de “ser si mesmo” parte da ideia de conciliarmos o que somos à nossa existência corporal “que é o prosseguimento de um destino natural subjacente ao processo de socialização” (HABERMAS, p.84, 2004). É preciso que sejamos autores de nossas próprias ações, de modo que seja possível nos apropriarmos de forma crítica de nossa própria história.

Então, de que formas criam-se condições para essa individuação? Como fora dito, Habermas fala da importância de uma moral universal, ou seja, regras morais universais que asseguram o respeito à pessoa enquanto indivíduo, tendo sua individualidade respeitada de modo a exercer sua autonomia. Da mesma forma, essas regras abrangem a todos enquanto pessoas, que partem da mesma condição de sujeitos livres e iguais, sem que seus projetos pessoais sejam desconsiderados. Dessa maneira, a diversidade e as diferentes perspectivas que permeiam o âmbito social podem ser reconhecidas, ao mesmo tempo em que cada pessoa se expressa particularmente; portanto, “enquanto nos compreendemos como pessoas morais, partiremos intuitivamente do fato de que julgamos, *in propria persona*, de maneira insubstituível – de que nenhuma outra voz além da nossa própria nos fala” (HABERMAS, 2004, p.80).

2.3 RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS

A disponibilidade que a eugenia liberal oferece coloca em questão a simetria das relações, assim como as conhecemos, seja na esfera familiar, seja na esfera social, a pessoa cujo genoma foi manipulado sofrerá consequências. A escolha pelo melhoramento genético sobre o corpo de outrem cria nas relações um corpo entranho. Isso quer dizer que as relações de reconhecimento institucionalizadas de modo legal são impactadas, isso atinge nossa sensibilidade moral enquanto seres dependentes das relações interpessoais para a autocompreensão.

Primeiramente, as relações tornam-se assimétricas, pois se considerarmos que a simetria de nossas relações se baseia na ideia de que todos nascem do mesmo modo – ou seja, de maneira natural e não programada – a intervenção genética suprime essa realidade normativa. Como já compreendemos, o indivíduo manipulado não pode reaver a decisão que foi tomada sobre ele. Portanto, enquanto as bases sociais se constituem na ideia de que somos seres livres e iguais, de que modo, diante da impossibilidade de autonomia, liberdade, e até mesmo de realizar uma revisão crítica sobre sua vida, a pessoa que sofreu a intervenção poderia se ver inserida de forma igualitária na esfera social?

De fato, uma intervenção de caráter positivo nem mesmo partirá da suposição de consenso. O cerne dessa assimetria está no fato de que progenitor e programado possuem uma relação paternalista, ou seja, o que intervém assim o faz na pretensão de que a vida do ser gerado seja mais relevante. Contudo, essa relevância parte dos ideais paternos, sem considerar uma possível discordância futura e, inclusive, a liberdade de ser si mesmo. Ademais, os papéis não podem se inverter, portanto, a relação do filho com os pais será sempre de dependência, como também se assemelha a uma interação mercadológica onde “designers” criam o “produto” desejado.

A incapacidade de autonomia, a falta de autocompreensão e a impossibilidade de revisão crítica de sua história afasta o indivíduo de relações que possibilitam sua socialização – Habermas argumenta que o paternalismo a qual se é submetido, por exemplo, se constitui como uma ação não socializante, pois não permite uma comunicação igualitária entre as partes. Portanto, a pessoa manipulada geneticamente não tem parte na comunicação.

Dada essa realidade, a crítica de Habermas se volta justamente para as relações de dependência que suprimem a individuação do sujeito, bem como torna suas relações assimétricas:

A convicção de que todas as pessoas recebem o mesmo status normativo e devem umas às outras um reconhecimento recíproco e simétrico parte de uma reversibilidade fundamental das relações inter-humanas. Ninguém pode depender do outro de modo fundamentalmente irreversível. (HABERMAS, 2004, p.88)

Um dos perigos apontados pelo filósofo é a possibilidade da dessensibilização. À medida em que nos habituamos socialmente com as práticas eugênicas liberais, nos tornamos mais insensíveis para os problemas e danos que podemos causar, não só para o indivíduo e sua autocompreensão, como também para a autocompreensão ética da espécie como um todo. É importante que vejamos tais questões de perto, conscientemente, de modo a perceber o que pode ser positivo para o nosso desenvolvimento humano, mas também entendendo aquilo que se mostra como um desafio para nossa base moral.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o caminho percorrido, compreendemos que Habermas coloca em questão a necessidade da discussão sobre a natureza humana a partir dos desafios que as biotecnologias podem oferecer a nossa autocompreensão ética enquanto espécie.

A disponibilidade genética é vista pelo autor como um problema que afeta a nossa condição humana como seres livres e iguais, como também impacta a nossa compreensão moral, que está baseada no limite entre aquilo que nasce naturalmente e o que é programado, entre o acaso e a livre escolha. Habermas põe como importante questão, portanto, delimitar o que se caracteriza enquanto uma eugenia positiva, que busca o aperfeiçoamento de características e uma eugenia negativa, que busca o tratamento terapêutico de possíveis doenças genéticas. A ausência dessa linha limítrofe significa acenar para uma eugenia liberal, que não reconhece o limite entre ambas as formas de intervenção, deixando à livre vontade dos progenitores, pois nessa esfera social liberal não há presença de um Estado interventor.

Posteriormente, buscamos quais seriam os impactos dessa eugenia liberal e quais seriam suas consequências para o indivíduo e para a sociedade, bem como procuramos os desafios éticos que possivelmente apareceriam ou já aparecem em nosso horizonte, segundo Habermas. Como uma primeira consequência tratamos da dificuldade de autocompreensão a partir de pontos essenciais como: a mudança dos parâmetros morais trazidos pela eugenia liberal; a decisão de terceiros sobre o corpo de outrem; a dificuldade de diferenciar a natureza que somos e aquilo que não podemos alterar; a dificuldade de individuação da pessoa manipulada.

As questões elencadas nos levaram ao problema da autonomia, considerando que o indivíduo que sofreu a intervenção se torna refém de uma relação permanentemente dependente dos pais. Sendo assim, o ser si mesmo, que é uma importante característica para reconhecer-se enquanto sujeito autônomo e livre para projetar sua própria vida, fica limitado às expectativas dos interventores. Logo, a partir dessa compreensão, vemos também que se torna um desafio estabelecer relações simétricas, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social.

Concluimos que os desafios da eugenia liberal para a ética nos encontram enquanto sociedade e individualmente de forma a abalar as bases da moral como a conhecemos, bem como a afetar a nossa autocompreensão e identidade enquanto espécie. A regulamentação se faz necessária não como inibidora de liberdades, mas como uma precaução cuidadosa. Nosso papel enquanto participantes dessa realidade é dialogar conscientemente sobre essas questões que são inesgotáveis e que, futuramente, podem trazer outras demandas sociais. Ademais, olhando para um futuro mais distante, como seria compreendido o conceito de natureza humana das próximas gerações? Como elas lidariam com o fato de que há novas formas de concepção da vida e, para além disso, como o ser humano formularia uma nova compreensão de sua própria identidade, que seria escolhida por seus progenitores? Essas são algumas questões que surgem dessa instigante leitura habermasiana, que provoca infinitas possibilidades de discussão.

REFERÊNCIAS

CATÃO, N. L. A utilização das células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia: tratamento ético e jurídico da clonagem terapêutica. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPED, p. 217-729, Ceará,

09-12/jun. 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3549.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

COSTA, A.P.P; MENDES, M.C. Diagnóstico genético pré-implantacional: prevenção, tratamento de doenças genéticas e aspectos ético-legais, *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v. 12 n. 3, p. 374–379. DOI: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v12i3.8269>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/8269>. Acesso em: 11 jan. 2023.

EFKEN, K.H.; BARBALHO, A.C. A Proposta de Jürgen Habermas em “O Futuro da Natureza Humana”, *Revista Ágora Filosófica*, v. 21, n. 3, p. 05–37, 2021. DOI: 10.25247/P1982-999X.2021.v21n3.p05-37. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/2074>. Acesso em: 4 jul. 2023.

GUIMARÃES, J. B. Técnica genética e autocompreensão ética considerações a partir de Jürgen Habermas. *Revista Helius*, v. 1, n. 2, p. 37-48, 2014. Disponível em: <https://helius.uvanet.br/index.php/helius/article/view/44>. Acesso em: 4 abril, 2023.

HABERMAS, J. *O Futuro da Natureza Humana*: a caminho de uma eugenia liberal? São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROHLING, M. Habermas e a crítica à eugenia liberal. *Pólemos – Revista De Estudantes De Filosofia Da Universidade De Brasília*, v. 2, n. 3, p. 165–184, julho/2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/pl.v2i3>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/11554>. Acesso em: 6 dez. 2022.